

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, ETC.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE	-6. ABR. 1980	DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

MURPI rejeita «caridadezinha da antiga»

O imediato desbloqueamento e entrada em vigor do DL n.º 513-L/79, de 26 de Dezembro, mandado publicar pelo governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, que cria um esquema mínimo de protecção social, pensão de orfandade, subsídio mensal a menores deficientes, abono de família para todas as crianças e equipamento social, é a principal reivindicação formulada pelo Movimento Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI) num comunicado divulgado à Imprensa. No mesmo comunicado, o MURPI acusa a dra. Maria Tereza da Costa Macedo, secretária de Estado da Família, de «fazer caridadezinha da antiga e política eleitoralista e demagógica» nas deslocações que tem feito através do País.

Para o MURPI, a actuação da referida secretária de Estado «não passa de abusiva manipulação de pessoas humildes, simples e confiantes, que vivem na maior miséria, em consequência

de uma política de sacrifício dos pobres e desprotegidos em favor de um maior poder dos capitalistas». Tal opinião é fundamentada «no facto de o Ministério dos Assuntos Sociais, tal como as muitas instituições de acção social dele dependentes, estarem cheios de relatórios sobre a miserável situação a que têm sido reduzidos larguíssimos estratos sociais, abandonados pelos governantes e sacrificados porque os encargos sociais dispendidos para minorar as carências e necessidades das crianças, dos idosos, dos inválidos e das viúvas são considerados, nas sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem, como gastos sem compensação produtiva».

«A senhora secretária de Estado, sem gastos para o Estado nem gastos de propaganda, podia resolver ou, pelo menos, minorar grande parte dos problemas que afectam a vida de largos milhares de portugueses» — diz ainda o comunicado.